

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da ESC Energia S.A., sociedade constituída com objetivo principal de atuar como sociedade de participações (Holding) de instituições não financeiras, com participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras na qualidade de sócia ou de qualquer outra forma, submete à apreciação dos Senhores as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

A Companhia esclarece que não emitiu debêntures durante o exercício. E não houve emissões ou recompras de exercícios anteriores.

O lucro operacional diminuiu em 0,78% quando comparado ao lucro do exercício anterior. Do lucro apurado, a companhia distribuiu R\$281.351 de dividendos e destinou R\$844.054 para reserva de lucros não realizados.

A Administração

ESC ENERGIA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	2024	2023
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	8.2	148.708	2.127
Dividendos a receber	6	277.187	88.860
Tributos a compensar		659	64
Total do ativo circulante		426.554	91.051
NÃO CIRCULANTE			
Investimentos	4	4.198.451	3.817.447
Total do ativo não circulante		4.198.451	3.817.447
Total do ativo		4.625.005	3.908.497

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023
(Em milhares de reais - R\$)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2024	2023
CIRCULANTE			
Fornecedores		-	1
Imposto de renda e contribuição social a recolher	5	446	28
Obrigações tributárias e fiscais		60	2
Dividendos a pagar	6	281.351	283.752
Total do passivo circulante		281.858	283.783
NÃO CIRCULANTE			
Partes relacionadas	6	-	279
Total do passivo circulante		-	279
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social		1.263.586	1.263.586
Reserva legal		252.717	252.717
Reserva de capital		117.304	116.908
Reservas de lucros		1.080.988	1.300.988
Reservas de lucros a realizar		1.946.176	1.102.122
Resultado abrangente acumulado		(317.625)	(411.886)
Total do patrimônio líquido	7	4.343.147	3.624.435
Total do passivo e patrimônio líquido		4.625.005	3.908.497

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

ESC ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação)

	Nota explicativa	2024	2023
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas		(5)	(14)
Resultado da equivalência patrimonial	4.1	1.113.455	1.127.663
LUCRO OPERACIONAL		1.113.449	1.127.649
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		9.158	920
		9.158	920
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		1.122.607	1.128.569
Contribuição social	5	(824)	(82)
Imposto de renda	5	(2.265)	(204)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.119.518	1.128.284

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

ESC ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		
	1.119.518	1.128.284
Itens que não serão reclassificados posteriormente para resultado		
Resultado abrangente do exercício reflexo sobre os investimentos da Companhia	96.048	(72.924)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>1.215.566</u>	<u>1.055.359</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

ESC ENERGIA S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023
(Em milhares de reais - R\$)**

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de Lucros	Reserva de lucros a realizar	Dividendos	Resultado abrangente acumulado	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.263.586	117.023	252.717	1.964.818	250.866	0	(333.556)	(0)	3.515.455
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	(72.924)	1.128.284	1.055.359
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.128.284	1.128.284
Resultado abrangente do exercício reflexo sobre os investimentos	-	-	-	-	-	-	(72.924)	-	(72.924)
Mutações internas do patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	(5.406)	5.406	-
Resultado abrangente do exercício reflexo sobre os investimentos	-	-	-	-	-	-	(5.406)	5.406	-
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transações de capital com os acionistas	-	(115)	-	(663.830)	851.256	-	-	(1.133.690)	(946.379)
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	(115)	-	-	-	-	-	-	(115)
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	1.319	1.319
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(283.752)	(283.752)
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	(663.830)	-	-	-	-	(663.830)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	851.256	-	-	(851.256)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.263.586	116.908	252.717	1.300.988	1.102.122	0	(411.886)	(0)	3.624.435
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	96.048	1.119.518	1.215.566
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.119.518	1.119.518
Resultado abrangente do exercício reflexo sobre os investimentos	-	-	-	-	-	-	96.048	-	96.048
Mutações internas do patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	(1.786)	2.448	662
Resultado abrangente do exercício reflexo sobre os investimentos	-	-	-	-	-	-	(1.786)	1.786	-
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras movimentações	-	-	-	-	-	-	-	662	662
Transações de capital com os acionistas	-	396	-	(220.000)	844.054	-	-	(1.121.966)	(497.516)
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	290	-	-	-	-	-	-	290
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	3.439	3.439
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(281.351)	(281.351)
Outros	-	106	-	-	-	-	-	-	106
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	(220.000)	-	-	-	-	(220.000)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	844.054	-	-	(844.054)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.263.586	117.304	252.717	1.080.988	1.946.176	0	(317.625)	(0)	4.343.147

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

ESC ENERGIA S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023
(Em milhares de reais - R\$)**

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro antes dos impostos de renda e contribuição social	1.119.518	1.128.569
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:		
Resultado de equivalência patrimonial	<u>(1.113.455)</u>	<u>(1.127.663)</u>
	6.063	906
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Impostos a recuperar	(595)	43
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Imposto de renda e contribuição social pagos	419	(16)
Outros passivos operacionais	(222)	(211)
Dividendos recebidos	<u>644.668</u>	<u>675.476</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	650.333	676.198
Atividades de financiamento		
Dividendos pagos	<u>(503.752)</u>	<u>(675.897)</u>
Caixa líquido gerado(consumido) pelas atividades de financiamento	(503.752)	(675.897)
(REDUÇÃO) AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>146.581</u>	<u>301</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.127	1.826
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	148.708	2.127

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

ESC ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ESC Energia S.A. (“ESC” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída com o objetivo principal de participar no capital de outras sociedades e na administração de bens e negócios próprios ou de terceiros, localizada em Campinas - SP - Brasil.

A companhia possui participação direta de 20,135% no grupo CPFL Energia que atua no segmento de distribuição, geração, comercialização e transmissão de energia elétrica, além da prestação de serviços voltados para o setor, atuando no Brasil.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 27 de março de 2025.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo a cada data de reporte e registrado no balanço patrimonial, quando aplicável.

2.3. Moeda funcional moeda e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real (R\$), mesma moeda de apresentação das demonstrações financeiras. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.4. Participações societárias

A participação societária detida pela Companhia é registrada sobre investimento na CPFL Energia S.A pelo método de equivalência patrimonial. São inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da investida.

2.5 Provisões para contingências

Em relação às provisões para contingências, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não possui litígios com probabilidades de perda provável ou possível.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco

insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas.

3.2 Impostos de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais, e os decorrentes de contabilização inicial em combinações de negócios.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório anual e são reduzidos na medida em que a realização não seja mais provável.

3.3 Dividendo e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a investida é requerida a distribuir como dividendo a parcela realizada do lucro estabelecido no Estatuto Social como dividendos mínimos obrigatórios, não podendo ser inferior a 25% do lucro ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei 6.404/76, ou se o Estatuto Social for omissivo, distribuir metade do lucro ajustado conforme o mesmo inciso supramencionado. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendo obrigatório, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido respectivo. Fica a cargo dos acionistas a definição tempestiva da alocação dos resultados adicionais ao previsto no estatuto.

3.4 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia possui ativos financeiros classificados como (i) ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. o resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado) e (ii) ativos a custo amortizado (esses ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, o custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos

financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período da apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia possui passivos financeiros classificados como:

Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, classificados pela Companhia como outros passivos financeiros. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis a transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa juros efetivos.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 8.

3.5 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício em 31 de dezembro de 2023. A companhia não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras:

(a) Determinação de estimativas contábeis (alterações ao CPC 23 / IAS 8)

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de estimativas contábeis, além de outras alterações para ajudar as entidades a distinguir mudanças em estimativas contábeis e mudanças em políticas contábeis. Na nova definição, estimativas contábeis constitui-se como “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza de mensuração”. Em relação às demais alterações, também houve o esclarecimento de como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

(b) Divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26 / IAS 1)

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e *IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgments*, para fornecer orientações através de guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações substituem o termo “políticas contábeis significativas” para “políticas contábeis materiais”, considerando que a as políticas contábeis materiais são aquelas que, em conjunto com outras informações das demonstrações contábeis, influenciem nas decisões dos principais usuários das demonstrações contábeis. Isto é, são materiais devido à natureza das transações, eventos ou condições que estão relacionadas.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023.

(c) Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma única transação (alterações sobre o CPC 32 / IAS 12)

Em maio de 2021 o IASB emitiu alterações ao IAS 12 (norma correlata ao CPC 32), na qual, estabelece o reconhecimento de imposto diferido sobre transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributárias e dedutíveis.

As alterações são vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

(d) Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (CPC 26 / IAS 1)

Em janeiro de 2020 o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (CPC 26 (R1)) para esclarecer os requisitos para a apresentação de passivos nas demonstrações financeiras. As alterações estabelecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos da entidade existentes na data do balanço. Assim, para uma entidade classificar passivos como não circulantes, deve possuir o direito discricionário de refinanciamento da obrigação e de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço, por exemplo.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

Para as novas interpretações e mudanças citadas acima ainda não vigentes, destaca-se que a Companhia está avaliando as alterações dos pronunciamentos, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

4. INVESTIMENTO

	2024	2023
Participação no patrimônio líquido da CPFL Energia S.A.	4.211.651	3.835.312
Lucro não realizado entre entidades sobre controle comum (*)	(13.200)	(17.866)
Participação no patrimônio líquido apresentado	4.198.451	3.817.447

(*) Este saldo refere-se à eliminação, em anos anteriores, de lucros nas empresas RGE Distribuidora de Energia S.A., SEMESA S.A. (posteriormente incorporada pela CPFL Geração de Energia S.A), CPFL Geração de Energia S.A. e Companhia Paulista de Força e Luz por conta de processo de reorganização societária ocorrido em 2001, conforme estabelecido nos contratos de concessão entre as empresas subsidiárias e a agência reguladora ANEEL.

Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial:

Investimentos	Quantidade (Mil) de ações emitidas pela subsidiária	% de participação	31/12/2024				31/12/2023		2024	2023
			Total do ativo	Capital Social	Patrimônio Líquido	Resultado do Período	Participação no patrimônio líquido	Resultado de Equivalência patrimonial		
CPFL Energia	1.152.254	20,315%	22.196.681	9.388.071	20.731.762	5.457.652	4.211.651	3.835.312	1.108.789	1.122.830
Apropriação de lucros não realizados							(13.200)	(17.866)	4.666	4.832
Total participações societárias							4.198.451	3.817.447	1.113.455	1.127.663

4.1 Movimentação do investimento

A movimentação dos saldos de investimento nos exercícios de 2024 e 2023 são como seguem:

Investimento	Investimento em 31/12/2023	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Resultado Abrangente)	Dividendos	Outros	Investimentos em 31/12/2024
CPFL Energia	3.817.447	1.113.455	96.048	(829.556)	1.058	4.198.451
Total	3.817.447	1.113.455	96.048	(829.556)	1.058	4.198.451

Investimento	Investimento em 31/12/2022	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Resultado Abrangente)	Dividendos	Aumento de participação	Outros	Investimentos em 31/12/2023
CPFL Energia	3.279.789	1.127.663	(72.924)	(518.285)	(115)	1.319	3.817.447
Total	3.279.789	1.127.663	(72.924)	(518.285)	(115)	1.319	3.817.447

Outras operações relacionadas com o investimento

Refere-se principalmente a efeitos reflexos de: (i) alterações de participação e (ii) dividendos prescritos, ambos na CPFL Energia.

5. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está apresentada como segue:

<u>Descrição</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro antes da apuração de imposto de renda e da contribuição social	1.122.607	1.128.569
Exclusões		
Equivalência Patrimonial	(1.113.455)	(1.127.662)
Outras		
Base tributável	9.152	906
Imposto de renda do exercício	(2.265)	(203)
Contribuição social do exercício	(824)	(82)

6. PARTES RELACIONADAS

A companhia possui como acionista a controladora direta State Grid Brazil Power Participações S.A., empresa controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

Foram consideradas como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Ativo Circulante:		
Dividendos a receber - CPFL	277.187	88.860
Passivo Circulante		
Dividendos a pagar - SGBP	281.351	283.752
Passivo Não Circulante		
Outras contas a pagar - SGBP	-	279
Total passivo circulante e não circulante	281.351	284.031

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 1.263.586 sendo representado por 1.042.392.615 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

A participação dos acionistas no capital social está assim distribuída:

Acionista	Quantidade de ações			
	2024		2023	
	Ordinárias	Participação %	Ordinárias	Participação %
State Grid Brazil Power Participações S.A.	1.042.392.615	100%	1.042.392.615	100%

7.1 Reserva de capital

Refere-se basicamente a (i) efeitos de ofertas públicas de ações em exercícios anteriores em suas subsidiárias direta e indiretas de R\$ 290 e (ii) R\$ 106 referente a movimentação reflexa da CPFL Energia na aquisição de participações minoritárias em 2024.

7.2 Reserva de lucros

O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 3.279.881, que compreende: (i) Reserva Legal de R\$ 252.717; (ii) Reserva de lucros de R\$ 1.080.988 e (iii) Reserva de lucros a realizar de R\$ 1.946.176.

7.3 Resultado abrangente acumulado

O resultado abrangente acumulado é composto pelo reflexo sobre o resultado abrangente da investida CPLF Energia, no montante negativo de R\$ 317.625.

Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendo anual mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária.

	<u>R\$ mil</u>
Lucros Líquido do exercício	1.119.518
Realização do resultado abrangente	1.786
Dividendo prescrito	3.439
Outras movimentações	662
Lucro líquido base para destinação	<u>1.125.405</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	(281.351)
Reserva de lucros não realizados	(844.054)

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

8.1 Classificação e mensuração

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela companhia para cada instrumento.

O instrumento financeiro cujo valor contábil se aproxima dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras são os dividendos.

Os instrumentos financeiros classificados e mensurados como valor justo ao resultado são os saldos de caixa e equivalentes de caixa, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras, os quais se resumem basicamente a saldos bancários. A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio da definição de práticas, de estratégias e do estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia não possui operações de derivativos.

8.2 Hierarquia de valor justo

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Ativos financeiros		
Valor justo contra o resultado (nível 1)		
Caixa e equivalentes de caixa	85	133
Valor justo contra o resultado (nível 2)		
Caixa e equivalentes de caixa	148.623	1.994

8.3 Risco de crédito:

É o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um rating de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou risco de que os títulos tivessem uma perda por redução ao valor recuperável, utilizando para 2024 e 2023 o critério de perdas esperadas.

8.4 Risco Liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. O passivo da Companhia é basicamente composto por saldo de dividendos, que por sua vez são liquidados considerando os fluxos de caixa oriundos dos dividendos a serem recebidos da investida CPFL Energia.

DIRETORIA

Yunwei Liu
Diretor

Futao Huang
Diretor Vice-Presidente

CONTADOR

Thiago Nogueira Galli
CRC SP-307181/O-8